

# A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SOB NOVAS PERSPECTIVAS: OS DEBATES ENTRE CATÓLICOS E REPUBLICANOS, ATRAVÉS DA IMPRENSA, EM UBERABINHA (1907-1920).

Aline Ferreira Rodrigues - UFU

## 5. Historiografia da educação brasileira e história comparada

### INTRODUÇÃO

Este artigo abarca uma reflexão acerca dos debates entre Católicos e Republicanos, em Uberabinha-MG, que foram parcialmente materializados em alguns jornais de maior circulação na cidade. Centralizamos nossa análise nos artigos de jornais no período que compreende de 1907 a 1920, por se caracterizar como um momento onde as publicações demonstram informações mais consistentes, no ponto de vista da pesquisadora, e se constituirão em um valioso referencial para compreendermos parte das propostas educacionais que foram discutidas durante a implantação da República Velha. No entanto, lembramos que este corte cronológico obedece somente às datas de publicações dos artigos, sem, contudo estabelecer limites rígidos, posto que a dinâmica histórica que move os acontecimentos é ampla e não apresentam características racionalmente demarcadas.

Abordamos este período apenas para referencial do estudo que tem como base estabelecer as discussões que giraram em torno da educação, como forma de promover em Uberabinha o sentimento de urbanidade que estava se constituindo nos grandes centros urbanos. Observa-se que neste período (início do séc. XX) o Brasil passava por inúmeras transformações, muitas delas ainda gestadas no período imperial, que irão delinear vários contornos e idealizações das futuras reformas de ensino e projetos educacionais municipais.

Neste contexto, temos o Brasil que demonstra os primeiros sinais de ressonância das grandes tensões e conflitos ideológicos mundiais. Temos em 1888 a abolição da escravidão, que faz o país mudar suas relações de produção e suas relações sociais, culturais, acompanhados dos movimentos imigratórios e de intensa busca pela urbanização. A recém saída de um regime monárquico para a constituição de uma República, provocou uma intensa reconstrução de valores, símbolos, ideologias que dariam suporte a um ideal de civilidade. Estamos em um período ‘frágil’ segundo muitos autores<sup>1</sup>, sem uma exata

---

<sup>1</sup> Em “História Sincera da República”, volumes 02 e 03, BASBAUM afirma que a constituição da República se deu sobre bases frágeis em nível de organização político-popular, sendo que esta, nem mesmo participou realmente pela luta por um regime democrático, por vários motivos, dentre eles, a afinidade com um regime monárquico libertador dos escravos, paternalista com relação a seu Rei. Assim, os levantes que se deram no início da República, foram aqueles cunhados para a renúncia de Deodoro da Fonseca, ascensão de Floriano

definição de papéis quanto ao ideal republicano a ser constituído. Tem-se mais um apanhado de referências externas, como por exemplo, o liberalismo, mas que se unem aos modelos vigentes (política dos governadores, que afirmou ainda mais as oligarquias regionais, atuantes no governo), realizando novos elos, mas com fim a perpetuar uma mesma situação de poder e política.

Neste movimento de (des)continuidades políticas, identificamos um processo cultural que repensa/ressignifica as formas antigas que “atrasavam” o progresso do país. Em termos culturais, podemos identificar certo avanço no que diz respeito ao papel, que, agora, a educação terá para a nova “roupagem republicana” do país. Tem-se que, em prol da reorganização da sociedade, são estruturadas formas de pensamento que visam estabelecer novos parâmetros norteadores da “nova” sociedade que estava se colocando a educação com funções sociais claras a desempenhar, promotora, em termos de evolução.<sup>2</sup>

Com isso, temos a importação de modelos administrativos e políticos, fortes influências na construção de nossa Constituição, bem como a penetração de novos princípios como o positivismo, o darwinismo social e o liberalismo. Com relação a este ideal, José Murilo de Carvalho afirma que a prática liberal em termos políticos e até mesmo educacionais, foi estabelecida antes mesmo da implantação da República. Assim, teria sido a Monarquia a criadora de condições para que o regime liberal pudesse ter validade e aplicabilidade, e, no Brasil, a organização política e social estava ordenada segundo uma lógica onde

*“... o liberalismo já havia sido implantado pelo regime imperial em quase toda sua extensão. A Lei das Terras de 1850 liberara a propriedade rural na medida em que regulara seu registro e promovera sua venda como mecanismo de levantamento de recursos para a importação de mão-de-obra. A Lei das Sociedades Anônimas de 1882 liberara o capital, eliminando restrições à*

---

Peixoto, geradores de instabilidade política, que culminaram com a Revolta Armada e a Revolução Federalista. Mas, no geral, estes são movimentos, segundo BASBAUM, onde os atores sociais são os próprios letrados, poderosos, políticos.

<sup>2</sup> Desde as primeiras décadas do regime republicano, a Liga de Defesa Nacional e a Liga Nacionalista de São Paulo, segundo NAGLE, e a criação da Associação Brasileira de Educação, já apontam para a importância da educação na formação/regeneração de um Estado-Nação sólido, que erradicaria o analfabetismo e propagaria a formação de um homem moral, com atitudes morais, que constrói uma sociedade moral e organizada. Ainda segundo NAGLE, a plataforma da Liga de Defesa Nacional e posteriormente a Liga Nacionalista de São Paulo, bem como as Conferências realizadas para se discutir o problema do Ensino Primário, compartilham da idéia de que é necessário “... a intervenção da União, mediante acordo com os Estados, para a solução do problema de difusão do ensino primário, (...) para extinguir o *analfabetismo*(...)” com o objetivo de difundir nas escolas a obediência ao patriotismo, combatendo o analfabetismo onde os Estados tomariam as devidas medidas que cumprissem com essa exigência (NAGLE 1974, p. 136-137).

*incorporação das empresas. A abolição da escravidão liberara o trabalho. A liberdade de manifestação de pensamento, de reunião, de profissão, a garantia de propriedade, tudo isso era parte da Constituição de 1824.” (CARVALHO, 1989, p.43).*

A educação está inserida neste projeto, como promotora do conhecimento necessário à evolução dos indivíduos, como formadora de um espírito de nação, um órgão que se racionaliza para formar, dentro de certos modelos pedagógicos, uma moral nos “novos cidadãos”, capaz de constituir e legitimar as ideologias necessárias à construção do Estado-Nação.

No entanto, na defesa pelo ideal redentor educativo, quando o Estado coloca-se como interventor de ações pedagógicas, ele entra em embate com algumas forças tradicionais que já desempenhavam, historicamente, seu papel educativo. Neste sentido, a família e a religião se colocam como principais pontos de resistência à nova identidade moderna de nação. Afim de manter o *status* vigente, estas forças<sup>3</sup> tradicionais, tendem a manter uma tradição, uma hierarquia muitas vezes construída e mantida pelo grau de instrução que tinham somente as pessoas abastadas.

#### MATERIAL E MÉTODOS

No referido projeto, realizamos um levantamento de fontes, advindas do Arquivo Público Municipal de Uberlândia, que tratam da educação em si, ou da organização da sociedade em torno de um ideal de progresso a ser alcançado, assim como as idéias religiosas presentes no pensamento educacional de algumas instituições escolares.

Utilizando as fontes jornalísticas da cidade de Uberabinha no período de 1907 – 1921, utilizamos fontes que pudessem demonstrar a caracterização do Brasil como época marcada pela luta ideológica entre liberais e católicos, propagada por todo território nacional, atingindo até mesmo os pequenos centros urbanos.

Em termos metodológicos, catalogamos artigos, notas e anúncios, somando, ao fim desta primeira etapa do projeto, 180 reportagens, dos principais jornais que circulavam na região de Uberabinha. São eles: “O Progresso” (1907-1908); “Diário de Uberabinha”

---

<sup>3</sup> Algumas delas classificadas por José Murilo de Carvalho como expressões do mandonismo, clientelismo e coronelismo. Estes conceitos são tratados pelo autor como definidoras das relações políticas da República Velha Brasileira. A primeira seria uma característica do Federalismo e do sistema tradicional em si, proposta pela *Política dos Estados* de Campos Sales (1898), que também fortaleceu o coronelismo - onde os governadores dão seu apoio ao presidente em troca da garantia de seu poder político na região - e trouxe consigo as práticas clientelistas - que detém características mais urbanas e são concretizadas entre governo, políticos e setores médios e pobres da população. (CARVALHO, 1998)

(1917); “A Notícia” (1918/1919); “A Escola” (1919); “Paranhayba” (1914) e “A Esperança” (1921).

Dentro deste considerável apanhado, levando em conta que se faz necessário outros suportes teóricos, para o entendimento do contexto, é que realizei a leitura e discussões das seguintes obras: “Educação e Sociedade na Primeira República” de Jorge Nagle; “História Sincera da República” de Leôncio Basbaum; “A Imprensa na História do Brasil” de Maria Helena Rolin Capelato; “Os bestializados” e “Formação das Almas” de José Murilo de Carvalho; Revistas Especializadas de divulgação científica como “Cadernos de História da Educação”, publicação da EDUFU; “Educação em Revista”, publicada pela editora ESCRITURAS; e as obras “História e Historiografias” de Maria Clara Tomaz Machado e Rosangela Patriota (org.); “A opinião do jornalismo brasileiro” de José Marques de Melo e “A pesquisa em História” de Maria do Pilar de Araújo, Maria do Rosário da Cunha e Yara Maria Aun Houry; algumas obras que fundamentaram minha análise na orientação das categorias elegidas para a produção bibliografia dentro do eixo de pesquisa do projeto original, dentre elas: ‘Otimismo Pedagógico’ e ‘Entusiasmo pela Educação’, ancorados nas concepções do Positivismo e no início dos primeiros focos da Escola Nova, advindos com a iniciativa de se reconstruir uma “sociedade nova”, capaz de contestar os moldes tradicionais, e agora ditos, “ultrapassados” dos processos de ensino-aprendizagem, e poder caminhar eficientemente rumo ao “progresso”, seja ele material ou social.

Este é o cenário que propomos demonstrar, com as análises coligidas, lembrando que a pesquisa está em andamento, e que com o desenvolvimento da fase seguinte, poderemos ampliar e melhor compreender e interpretar o cenário educacional da sociedade uberabinhense com a catalogação das informações relativas às Atas do Poder Legislativo. Com esses dados preliminares haverá um cruzamento com as informações coletadas junto aos periódicos pesquisados no último ano, formado um acervo ainda mais amplo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uberabinha (Uberlândia, após 1929), que consegue se emancipar em 1888, demonstra, atreves dos jornais, que é constituída por uma edilidade (grupo político e em evidência econômica, diretores dos rumos da sociedade) cúmplices da idéia de uma educação capaz de erradicar o atraso advindo com o analfabetismo, falta de uma moral social etc., sendo ela plenamente hábil no que diz respeito à promoção do progresso, ao mesmo tempo em que daria maiores chances à participação política da população em geral,

garantida pela devida instrução. Desta maneira, a equiparação só seria conseguida pelo viés educacional, pois a instrução escolar:

*“... é o primeiro passo que se dá na estrada do progresso intelectual, e por ventura o mais importante no cumprimento daquelles deveres [deveres à humanidade, a moral e a política]...”<sup>4</sup>*

A fim de demonstrarmos as falas educacionais em torno do papel da Educação, na promoção da cidade de Uberabinha, vamos analisar a Reforma Rivadávia Correa, de 1911, e como ela repercutiu em Uberabinha-MG.

Esta proposta educacional pretendeu que o curso secundário se tornasse formador do *cidadão* e não como simples promotor a um grau seguinte de escolarização. Retomando a orientação positivista, prega a liberdade de ensino. Além disso, estabelece a abolição do diploma em troca de um certificado de assistência e aproveitamento e transfere os exames de admissão ao ensino superior para as faculdades. Se a mudança mais significativa decorrente da reforma Benjamin Constant (pelo menos em termos legais) foi a laicização do ensino público, por meio da institucionalização da liberdade de culto, nota-se a expansão dos colégios privados, iniciando, ainda que timidamente, a desoficialização do ensino, concretizado pela Lei Orgânica Rivadávia Corrêa (1911).<sup>5</sup>

Assim, temos o embate dos principais grupos políticos e sociais, que procuraram demarcar seus espaços; o primeiro deles era constituído pela alta hierarquia do clero católico, o segundo pelos seguidores positivistas e por último, as lideranças civis liberais. No embate realizado por essas três instâncias, há a configuração das propostas liberais e conservadoras, responsáveis pela estruturação da política de educação adotada no país.

Se a Lei Orgânica Rivadávia Correia (1911), procurou alinhar-se ao pensamento liberal republicano, afirmando a tendência proposta pela reforma Benjamin Constant, através de sua autonomia didática e administrativa, Uberabinha soube se colocar diante desta lei e propor seus ideais frente a ela:

*“... agora depois de tantos e repetidos esforços, surge um administrador intrepido que ataca o velho edificio carcomido e pretende por terra. (...) nenhum politico maior de cicoenta annos, no Brasil, era capaz da medida do*

---

<sup>4</sup> Economia Social: os obstáculos que se opõe ao aperfeiçoamento da indústria. O Progresso. Uberabinha, nº14, 22/12/1907, p.1.

<sup>5</sup> Sobre este tema, Jorge Nagle diz que tal proposta trouxe conseqüências como a flexibilidade, diversificação, liberdade e autonomia de ensino, no entanto, causando “grande balbúrdia na vida escolar” (NAGLE, 1974, p.145)

*sr. dr. Rivadavia Correia. A reforma do ensino secundario vem golpear os interesses de um grande numero de felizardos que hão de levantar-se numa furia macabra contra o sr. ministro. É uma reforma audaciosa; mas não há ninguem que não achasse que a decadencia da instrucção secundaria nos levava para um pricipicio. Os interesses subaltermos não consenteam que se puzesse cobro às conseteam que se puzesse cobro às immoralidades do ensino...”*<sup>6</sup>

Estas imoralidades, de acordo com jornal, eram praticadas pelo ensino religioso, que continha e fechava para si as possibilidades do ensino secundário. Continuando, em tom provocativo em relação ao ensino católico, temos:

*“(...)O sr. Rivadavia Corrêa teve esta rara coragem. A reorganização que elaboraou representa, antes de tudo, um facto de audacia patriótica. Não se limitou a emendar a existencia pela alteração superficial dos regulamentos em vigor. Destruiu tudo, fez obra inteiramente nova.(...)O sr. Rivadavia Corrêa, realizando a reforma nesses moldes parece ter querido pòr a prova o que vale o magisterio secundario e superior pago pela nação. Ou as congregações salvam agora o ensino ou então ella proprias se afundarão desmoralizadas e confundidas..”*<sup>7</sup>

Neste contexto, a vertente católica terá, mesmo nos jornais que se mostravam liberais progressistas, fiéis seguidores, que, por vários números do jornal “O Progresso”, colocam a família, e não as escolas oficiais, como principal promotora da boa educação para os ‘filhos de Uberabinha’.

Neste sentido, podemos perceber que a República não abandonaria, de imediato, aos valores católicos em sua grande maioria. Havia, na verdade, um rígido resguardo dos princípios educativos de toda a nação. Isto se justifica pelo fato de a própria Igreja (atenta ao fato do crescimento dos setores médios da sociedade, berço da divulgação do pensamento liberal) dar a impressão de haver-se “evoluído”, de ter acompanhado o movimento pela modernização, afim de não entrar em choque com seus seguidores. Ainda assim, vamos notar no próximo artigo, o embate entre a moral católica e a ciência, posto que aquela se sobreponha no lugar desta como promoção da ‘ordem e progresso’:

---

<sup>6</sup> O Progresso. Uberabinha, MG, anno IV, nº 183, de 15 de abril de 1911, p.1. Editorial: “A Reforma do Ensino”

<sup>7</sup> O Progresso. Uberabinha, MG, anno IV, nº 183, de 15 de abril de 1911, p.1. Editorial: “A Reforma do Ensino”

*“...a perfectibilidade suprema das acções Moraes acha-se reunida n’um centro unico, mas verdadeiro – a escola da familia. O christianismo com todas as suas consequencias: consolo, resignação, amor, philantropia ensina a uma só fonte – a licção da mãe.(...) a história da humanidade registra em letras de ouro, em pagina diamantina, os benéficos resultados della colhido, e que mais do que nenhum, tem concorrido para a formação do sumptuozo monumento, levantado em prol da civilização e do progresso!(...) conseguir lançar o ponto mais cumlinante do bem estar social - o amor da humanidade. (...) faltou-lhes o conveniente guia, quo os fizesse desenvolver; faltou-lhes a verdadeira escola, que, quando guiada pelo evangelho, é de todas a mais salutar...a escola da família.(...)ainda existem espíritos alquebrados pela mysantropia que combatem contra os meigos carinhos de uma mãe, de uma esposa, de uma irmã. Loucos!” (grifos meus)<sup>8</sup>*

Este artigo contrapõe-se radicalmente as falas de Honório de Guimarães<sup>9</sup>, no mesmo jornal, quando ele expressa, de forma enfática, sua posição sobre o sentido de Nação e Pátria, responsáveis pela formação de uma identidade republicana na sociedade. Sempre envolvido com as causas educacionais, segundo sua concepção, era urgente que em Uberabinha se dirigisse ao grau de modernização que já havia nos grandes centros urbanos, através da construção de Grupos Escolares, meio de racionalizar os tempos e os espaços ,

*“...as escolas isoladas, esse ramo da instrucção publica só destinado aos pequenos centros, sem população escolar nem recursos locais para manterem um grupo.(...) Basta só imaginar-se que na escola [isolada, único molde até então existente]um professor lecciona em quatro horas aos quatro annos do curso, por um mesmo programna que é o do curso primario; e que nos grupos*

---

<sup>8</sup> SILVA, Alzira Dias da. Alforge da moral: educação na familia. O Progresso, nº12, anno1, 08 de Dezembro de 1907, p.01.

<sup>9</sup> Natural de Franca-SP, Honório Guimarães sempre manteve sua atuação política e social ligada com a Educação. Segundo o memorialista Tito Teixeira, ele foi nomeado professor das primeiras cadeiras municipais e estaduais do sexo masculino, organizou a primeira escola de Ensino Primário de acordo com as regulamentações oficiais do Governo do Estado; também montou um jornal com oficina própria dentro das dependências da escola e instituiu o ensino militar obrigatório. Em ocasião do trabalho desempenhado junto à educação de Uberabinha, participou de encontros a Grupos Escolares do Rio de Janeiro e lá instalou o *Primeiro Congresso de Professores Públicos Primários do Estado de Minas Gerais*. Em 1912, foi nomeado diretor do Grupo Escolar de Araguari e no ano seguinte, seria diretor do Grupo Escolar Bueno Brandão em Uberabinha-MG (TEIXEIRA, 1970).Dentre outras atividades, também foi redator-chefe de jornais e sempre escreveu em seus artigos sobre a questão da instrução.

*este mesmo serviço é feito por quatro docentes, dispondo cada um das quatro horas do dia, leccionando cada professor uma classe - basta só isto para arredar-se qualquer julgamento disparatado neste sentido.”<sup>10</sup>*

E assim, dever-se-ia abandonar o ensino religioso, e cultivar, na população uberabinense, o ensino liberal, por ser esse promissor para o desenvolvimento intelectual e material da cidade. Uma representação desta modalidade de educação e a racionalização do espaço escolar, por meio dos já citados grupos escolares. E na ansiedade proporcionada pela notícia de construção de grupo na cidade, todas as honras são oferecidas à iniciativa particular, que viabilizou este “ganho” para a cidade.

### CONCLUSÃO

Como foi possível analisar, o estudo que nos propomos a realizar junto aos jornais de maior circulação pela cidade de Uberabinha – MG, permitiu-nos compreender parte do processo de expansão da educação, inserida numa vertente de “entusiasmo pela educação”, da difusão e incorporação de concepções metodológico-educacionais, pelas elites políticas e intelectuais uberabinenses, que fazem referência à categoria de “otimismo pedagógico”, categorias que, por sua vez, se tornaram elo para a compreensão da História da Educação, no que tange as práticas educativas, as relações entre a política e a educação da região, as transformações sócio-culturais, as incorporações/ contestações das idéias pedagógicas nacionais de caráter geral, o compartilhamento das idéias e perspectivas de progresso material e intelectual, dentre outros vieses possíveis de interpretação.

Convém deixar claro que, selecionados quaisquer uns destes possíveis caminhos de interpretação da História Educacional, passando pelo crivo da imprensa, poderemos concluir que a cidade de Uberabinha foi povoada pelos mesmos ideais pedagógicos em circulação no país e na Europa, que viam a construção e a disseminação de escolas, como sinônimo de melhoramento da vida local, uma ponte para a civilidade da sociedade. E nesta perspectiva que desenvolvemos nosso estudo, relacionando a macroestrutura história, com os microcosmos de repercussão e produção de suas constituintes, pois, conforme Pierre Goubert, ao mencionarmos a relevância da (re) configuração da História Geral, através da História Local:

*“(…) uma tese ou uma interpretação, embora engenhosa, precisava ser sustentada por fatos precisos; fatos precisos têm tanto uma dimensão espacial*

---

<sup>10</sup> GUIMARÃES, H. Uberabinha, MG, O Progresso, anno IV, nº. 191, de 06 de junho de 1911, p.1. Editorial: “Grupo Escolar”.

*quanto temporal. (...) A prática meticulosa da História Local e a multiplicação de monografias sobre regiões específicas podem conduzir muito mais longe; podem servir para destruir muitas concepções gerais que em tempos passados pareceram tão vigorosas e foram incorporadas em tantos livros, comunicações, conferências.” (GOUBERT, 1992).<sup>11</sup>*

Com relação à clareza de idéias que as análises locais podem oferecer ao estudo, percebemos que “a historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças...”<sup>12</sup>, ou seja, esta apresenta o cotidiano, o ser humano em sua direta relação com o social, como ele interpreta as situações que lhes são apresentadas e como age diante desta interpretação. A micro-história está, assim, em uma abordagem de grande preocupação analítica, centrada em temas específicos, entretanto, não necessariamente se configura em uma história marginal ou centrada em discussões exclusivamente teóricas.<sup>13</sup>

Esta metodologia de análise permitiu-nos identificar que os atores sociais, promotores do desenvolvimento da nação não estão sós. Eles têm companhia da agencia católica, atuante, no imaginário social, que estabelece as suas formas de educação, proporcionadas pelo ensino da moral e fé católica. Desta maneira, percebemos encontros e embates entre os grupos que se propõem a levar a sociedade ao devido progresso. Notamos o uso da moral católica pelos liberais para a educação de jovens, assim como um ideal de progresso da república utilizado pelo grupo religioso de Uberabinha-MG.

No entanto, ambos trabalhavam com a formação de opiniões favoráveis a seus projetos, através da imprensa e para elite, pois ela seria a encarregada de proporcionar e reinterpretar estas idéias junto aos outros setores da população.

Uma nova educação, baseada nos modelos pedagógicos positivistas e liberal-progressistas, que valorizavam a disseminação de estabelecimentos escolares, bem como a crença do poder regenerativo das técnicas pedagógicas de alfabetização e profissionalização, seria aquela que, dialogando com os princípios políticos de progresso e com os valores morais de uma sociedade do início do séc. XX, capacitaria Uberabinha à mínima equiparação as sociedades mais desenvolvidas da época, aos grandes centros urbanos, neste caso, tomados como padrão de progresso, intelectualidade e, acima de tudo,

---

<sup>11</sup> “História local”: Revista História & Perspectivas, nº6, Jan. - Jun., 1992. Uberlândia: EDUFU, p.45/57.

<sup>12</sup> Idem. Ibidem,

<sup>13</sup> Sobre este tema, ler VENANCIO, Renato Pinto em “ A História e a Micro História:uma entrevista com Carlo Ginzburg” In: Revista de História. Ouro Preto:UFOP, 1990, vol.1, nº1, p.1-6.

de civilidade. Tanto moral religiosa quanto moral social, ainda nos dias de hoje se mesclam em determinados objetivos, e em Uberabinha dos inícios do Séc. XX, percebemos as continuidades, aproximações e descontinuidades e embates, à medida que certo grupo percebe que seu projeto está incompleto, ou seja, que não está abarcando toda a completude de relações e subjetividades das consciências locais. Então, um recorre a certos paradigmas do outro, a fim de conseguir validar suas propostas entre liberais, positivistas e católicos.